



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil

INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL
PROCESSO: 15889.003312/2019-12

DESCRIÇÃO DOS FATOS E ENQUADRAMENTO LEGAL CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS SEGURADOS

SUJEITO PASSIVO

Nome
IGOR CAVALCANTI CARNEIRO LEAO

CPF
066.478.294-90

DESCRIÇÃO DOS FATOS RELACIONADOS À INFRAÇÃO

Em procedimento de verificação do cumprimento das obrigações tributárias pelo sujeito passivo supracitado, efetuamos o presente lançamento de ofício das infrações à legislação das contribuições sociais destinadas à Previdência Social, com a observância do Decreto nº 70.235/72 e alterações posteriores.

INFRAÇÃO: VALORES RECEBIDOS DE PESSOA FÍSICA NÃO OFERECIDOS À TRIBUTAÇÃO MATRÍCULA CEI: 46.050.05729/02

Verifica-se que, para fins de recolhimento das contribuições previdenciárias, o sujeito passivo autuado não observou o disposto no inciso III do artigo 28 da Lei nº 8.212/91, com a redação dada pela Lei nº 9.876/99, que assim determina:

"Entende-se por salário-de-contribuição, para o contribuinte individual, a remuneração auferida em uma ou mais empresas ou pelo exercício de sua atividade por conta própria, durante o mês, observado o limite máximo a que se refere o parágrafo 5º."

Ressaltamos, por sua vez, que o artigo 68 da Instrução Normativa – IN/RFB nº 971/2009 disciplina que:

"O contribuinte individual que, no mesmo mês, prestar serviços à empresa ou a equiparado e, concomitantemente, exercer atividade por conta própria, deverá recolher a contribuição social previdenciária incidente sobre a remuneração auferida pelo exercício de atividade por conta própria, respeitando o limite máximo do salário-de-contribuição."

Sendo assim, por meio do Processo Fiscal em questão foram lançadas as diferenças das contribuições previdenciárias do período de 07/2014 a 12/2014 para custeio dos benefícios previdenciários previstos na Lei nº 8.213/91, aos quais o sujeito passivo faz jus, visto que possui a condição de segurado obrigatório da previdência social, na qualidade de contribuinte individual pessoalmente responsável pelo recolhimento das contribuições incidentes sobre os rendimentos auferidos de pessoas físicas, conforme determina o artigo 30, inciso II, da Lei nº 8.212/91.

Para fins de lançamento das contribuições previdenciárias de que trata o AI em questão foi atribuída ao contribuinte matrícula "ex-offício" 46.050.05729/02 no Cadastro Específico do INSS – CEI. Tal providência visa a facilitar o reconhecimento futuro perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS de benefício previdenciário requerido, tendo como base o salário-de-contribuição ora lançado/cobrado.

Os valores relativos aos rendimentos recebidos de pessoa física foram obtidos a partir das declarações de imposto de renda da pessoa física, apresentadas pelo próprio contribuinte e relacionadas na tabela abaixo, cujos valores de Contribuição Devida estão detalhados no Demonstrativo de Apuração presente nesse Auto de Infração:

ANO EXERCÍCIO	ANO CALENDÁRIO	NÚMERO DA DECLARAÇÃO	DATA DE ENTREGA	CONTRIBUIÇÃO DEVIDA
2015	2014	492028535	14/05/2015	5.164,10

Enquadramento Legal da Infração

Fatos geradores ocorridos entre 01/01/2014 e 31/12/2015 :

Lei nº 8.212, de 24.07.91: art. 12, inciso V, alínea "h", art. 21, art. 28, inciso III, art. 30, inciso II e §2º, inciso I (e alterações posteriores); Decreto nº 3.048, de 06.05.99: art. 9º, inciso V, art. 199, art. 214, inciso III, §3º, inciso I, §5º e art. 216, inciso II e §15 (e alterações posteriores).



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil

INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL
PROCESSO: 15889.003312/2019-12

AUTO DE INFRAÇÃO CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS SEGURADOS

LAVRATURA

Unidade

DRF RECIFE

Local de Lavratura

DRF BAURU/SP

Número do Procedimento Fiscal

0810300.2019.09355

Data

03/07/2019 - 11:02:58

SUJEITO PASSIVO

Nome

IGOR CAVALCANTI CARNEIRO LEAO

Logradouro

R NOSSA SENHORA DO LOURETO, Nº 170 -

Bairro

PIEDADE

Município/UF

JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE

CPF

066.478.294-90

CEP

54420200

DEMONSTRATIVO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO em R\$

	Cód. Receita Dart	Valor
CONT PREV SEGURADO	2096	5.164,10
JUROS DE MORA (Calculados até 07/2019)		Valor
MULTA PROPORCIONAL (Passível de Redução)		2.422,14
Valor por Extensão		3.873,08
VALOR TOTAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO		11.459,32
ONZE MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS		

INTIMAÇÃO

Fica o sujeito passivo intimado a extinguir o crédito tributário constituído pelo presente lançamento de ofício, por meio do pagamento ou outra forma de extinção prevista em lei, ou impugná-lo, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da ciência deste auto de infração, nos termos dos arts. 5º, 15, 16 e 17 do Decreto nº 70.235/72, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 8.748/93, nº 9.532/97, nº 11.196/05 e nº 11.941/09, cujo montante, acima discriminado, será recalculado, na data da efetiva extinção, de acordo com a legislação aplicável.

Será concedido redução das multas passíveis de redução, nos seguintes percentuais, nos termos do art. 6º da Lei nº 8.218/91, com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 11.941/09:

I - 50% (cinquenta por cento), se for efetuado o pagamento ou a compensação no prazo de 30 (trinta) dias, contado da ciência deste auto de infração;

II - 40% (quarenta por cento), se for requerido o parcelamento no prazo de 30 (trinta) dias, contado da ciência deste auto de infração.

Esta intimação é válida, também, para a cobrança amigável de que trata o art. 21 do Decreto nº 70.235/72.

A ciência deste Auto de Infração será dada por meio de Aviso de Recebimento (AR) encaminhado por via postal ao endereço fornecido pelo sujeito passivo e constante no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ), acompanhado de cópia dos documentos de lançamento e seus anexos, nos termos do art. 23, inciso II, §2º, inciso II, e § 4º, inciso I, ou por meio eletrônico, conforme art. 23, inciso III, alínea "a", § 2º, inciso III, alíneas "a" e "b" do Decreto nº 70.235/72, ou, se houver sido improficua a tentativa de notificação da forma anterior, por meio de Edital, nos termos do artigo 23, §1º, inciso I, e §2º, inciso IV, do mesmo Decreto.

AUDITORES-FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Nome

PAULO SERGIO FARINI

Matrícula
28050

Assinatura



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil

INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL
PROCESSO: 15889.003312/2019-12

DEMONSTRATIVO DE APURAÇÃO CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS SEGURADOS

SUJEITO PASSIVO

Nome IGOR CAVALCANTI CARNEIRO LEAO	CPF 066.478.294-90
--	------------------------------

CÓDIGO DE RECEITA: 2096 CP Segurados - Contribuição Segurados - Lançamento de Ofício
INFRAÇÃO: VALORES RECEBIDOS DE PESSOA FÍSICA NÃO OFERECIDOS À TRIBUTAÇÃO MATRÍCULA CEI:
46.050.05729/02

[A]	[B]	[C]	[D]=[B]+[C]	[E]	[F]	[G]=MENOR VALOR ENTRE ([E]-[D]) OU [F]	[H]=[G] x 20%	[I]
Compet. (Mês)	Informações do CNIS Cidadão			DIRPF Remuneração Mensal Rec. PF	Teto Máximo Salário de Contribuição	Diferença Apurada		Multa(%)
	Salário de Contribuição (CI/GPS)	Salário de Contribuição (GFIP/PJ)	Salário de Contribuição Total			Base de Cálculo	Valor Devido Contribuição(20%)	
07/2014	0,00	0,00	0,00	4.290,00	4.390,24	4.290,00	858,00	75,00
08/2014	0,00	0,00	0,00	4.400,00	4.390,24	4.390,24	878,05	75,00
09/2014	0,00	0,00	0,00	4.200,00	4.390,24	4.200,00	840,00	75,00
10/2014	0,00	0,00	0,00	4.170,00	4.390,24	4.170,00	834,00	75,00
11/2014	0,00	0,00	0,00	4.380,00	4.390,24	4.380,00	876,00	75,00
12/2014	0,00	0,00	0,00	4.540,00	4.390,24	4.390,24	878,05	75,00
TOTAL						25.820,48	5.164,10	

Informações adicionais:

- a) Informações do CNIS Cidadão: salário de contribuição recolhido pelo contribuinte individual por meio de Guia de Recolhimento da Previdência Social – GPS (CI/GPS), bem como a remuneração recebida pela prestação de serviços à pessoa jurídica constante de Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e Informações à Previdência Social – GFIP (GFIP/PJ) regularmente entregue a RFB?
- b) DIRPF Remuneração Mensal Recebida de Pessoa Física – PF: remuneração mensal recebida de pessoa física, conforme declarado pelo contribuinte em sua Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física – DIRPF?
- c) Teto Máximo do Salário de Contribuição: valor máximo vigente para fins de recolhimento da contribuição previdenciária no referido mês?
- d) Diferença Apurada – Base de Cálculo: diferença apurada entre os rendimentos auferidos pela prestação de serviços a pessoas físicas e o salário de contribuição constante do CNIS Cidadão, respeitando-se o limite máximo?
- e) Diferença Apurada – Contribuição: contribuição calculada com a aplicação do percentual de 20% (vinte por cento) sobre a diferença encontrada a título de salário de contribuição, conforme dispõe o artigo 21 da Lei 8.212/91?
- f) Multa de ofício no percentual de 75% em consonância com o disposto no artigo 44, inciso I, da Lei nº 9.430/96.



**DEMONSTRATIVO DE MULTA E JUROS DE MORA
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS SEGURADOS**

SUJEITO PASSIVO

Nome
IGOR CAVALCANTI CARNEIRO LEAO

CPF
066.478.294-90

CÁLCULO DA MULTA E JUROS DE MORA

Período de Apuração	Vencimento	Contribuição	Multa(%)	Valor da Multa	Juros(%)	Valor dos Juros	Total
07/2014	15/08/2014	858,00	75,00	643,50	49,20	422,13	1.923,63
08/2014	15/09/2014	878,05	75,00	658,54	48,29	424,01	1.960,60
09/2014	15/10/2014	840,00	75,00	630,00	47,34	397,65	1.867,65
10/2014	17/11/2014	834,00	75,00	625,50	46,50	387,81	1.847,31
11/2014	15/12/2014	876,00	75,00	657,00	45,54	398,93	1.931,93
12/2014	15/01/2015	878,05	75,00	658,54	44,60	391,61	1.928,20
TOTAL		5.164,10		3.873,08		2.422,14	11.459,32



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil

INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL
PROCESSO: 15889.003312/2019-12

DEMONSTRATIVO DE MULTA E JUROS DE MORA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS SEGURADOS

SUJEITO PASSIVO

Nome
IGOR CAVALCANTI CARNEIRO LEAO

CPF
066.478.294-90

ENQUADRAMENTO LEGAL

Vencimento do Tributo

Fatos Geradores entre 01/01/2014 e 31/12/2015:

Lei nº 8.212, de 24.07.91, art. 30, II (com a alteração da Lei nº 8.620, de 05.01.93, da Lei nº 9.876, de 26/11/99, da MP nº 351, de 22/01/07, convertida na Lei nº 11.488, de 25/06/07 e da MP nº 447, de 14/11/08, convertida na Lei nº 11.933, de 28/04/2009); Lei nº 8.620, de 05/01/93, art. 7º, parágrafos 1º e 2º Lei nº 10.666, de 08/05/03, art. 4º, parágrafo 1º, combinado com o art. 15; Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06/05/99, art. 216, II e parágrafos 1º ao 6º, com as alterações do Decreto n. 3.265, de 29/11/99.

Multas Passíveis de Redução

Fatos Geradores entre 01/01/2014 e 31/12/2015:

75,00% Lei nº 9.430/96, art. 44, inciso I (com a redação dada pela Lei nº 11.488/07).

Juros de Mora

A PARTIR DE JANEIRO DE 1997 (para Fatos Geradores a partir de 01/01/1997): percentual equivalente à taxa referencial TAXA DO SIST. ESPEC. DE LIQ. E CUSTODIA - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente. Lei nº 9.430/96, art. 61, § 3º.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil

INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL
PROCESSO: 15889.003312/2019-12

ORIENTAÇÕES AO SUJEITO PASSIVO

SUJEITO PASSIVO

Nome
IGOR CAVALCANTI CARNEIRO LEAO

CPF
066.478.294-90

AS INSTRUÇÕES ABAIXO SÃO DE SEU INTERESSE

1. Para efetuar o pagamento, preencha, em duas vias, um DARF para cada IMPOSTO ou CONTRIBUIÇÃO, indicando:
 - a) o código de receita adequado, composto de 04 (quatro) algarismos, conforme consta na folha 1 do auto de infração;
 - b) separadamente os valores referentes ao imposto ou contribuição, multa e juros de mora; observe que os juros de mora estão calculados até a data indicada no auto de infração, devendo ser objeto de recálculo no momento do pagamento;
 - c) o número do processo apresentado nas folhas do auto de infração.
2. Informações sobre formas e meios de obtenção de parcelamento, prazos, recálculo dos juros de mora e outras dúvidas poderão ser obtidas no sítio da RFB: www.receita.fazenda.gov.br, ou em qualquer Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC).
3. Em caso de discordância do lançamento, observar o prazo legal de 30 dias contado da ciência do auto de infração para apresentar a Impugnação (art. 145, I da Lei nº 5.172/1966 – CTN, e arts. 14 a 17 e 23 do Decreto nº 70.235/72, com alterações introduzidas pelas Leis nº 8.748/93, nº 9.532/97 e nº 11.196/2005).
4. O contribuinte poderá acessar todos os documentos acostados ao processo digital cujo número consta no cabeçalho desta página, onde poderá verificar o detalhamento de todo o procedimento administrativo que resultou na presente autuação. A consulta está disponível no Atendimento Virtual (e-CAC), opção Consultar Processos Digitais, no site da Receita Federal, na internet no endereço www.receita.fazenda.gov.br.
5. Caso seja optante pelo DTE, o acesso ao conteúdo do processo poderá ser feito por intermédio do Portal e-CAC com o uso de certificado digital. A vista do processo, quando se tratar de atendimento presencial, poderá se dar preferencialmente no endereço abaixo indicado, ou ainda, em qualquer outra unidade da RFB e só será concedida ao próprio sujeito passivo ou a seu representante legal, munido de documento comprobatório ou devidamente habilitado nos autos processuais.

AUDITORES-FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Nome
PAULO SERGIO FARINI

Matrícula
28050

Assinatura